



Reunião Ordinária – Acta nº 22/2011**Data** – 2011-09-15**Início** – 14.30 horas**Local** – Cidade de Abrantes, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho**Termo** – 16.55 horas**Presenças:****Presidente** Maria do Céu de Oliveira Antunes Albuquerque**Vereadores** Rui Miguel dos Santos Serrano
Manuel Jorge Séneca Valamatos dos Reis
António Manuel de Santana Maia Leonardo
António Manuel Belém e Ferreira Coelho
Carlos Manuel Godinho Gonçalves Arês**Chefe da Divisão Administrativa e de Modernização** – Catarina Alexandra Justino Santos

Não esteve presente na reunião a Vereadora, Celeste Maria Ferreira Riachos Simão, por se encontrar de férias no dia 15 de Setembro de 2011.

O Vereador Carlos Arês apresentou justificação de falta à reunião do dia 5 de Setembro de 2011.

**Resumo Diário da Tesouraria de 14-09-2011:**

a) Dotações Orçamentais	€1.227.803,80
b) Dotações não Orçamentais	€101.366,87
Total das Disponibilidades	€1.329.170,67



A Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, quando eram catorze horas e trinta minutos, dando início ao período de intervenção aberto ao público.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO

(Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, Artigo 84º nº 7, com as alterações introduzidas pela Lei Nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro)

Esteve presente o munícipe Manuel Zarcos Guerreiro Palma, residente na Rua Dr. Bernardino Machado, em Abrantes, para apresentar algumas questões relativamente ao Centro Histórico e a alguns processos para os quais ainda não obteve resposta.

Começou por referir uma reclamação que apresentou em 2008 sobre a existência de antenas de telecomunicações e sobre a qual ainda não obteve resposta. Disse que já terá reunido por várias vezes com o Vereador Rui Serrano, sobre este assunto, que ainda não lhe foi apresentada uma resposta formal e escrita sobre a reclamação.

A Presidente da Câmara disse que não conhece o processo ao detalhe, e que o mesmo não está ali, agora, disponível para discutirem a matéria. No entanto, com certeza foi entendido pelo Vereador e pelos serviços que os resultados dessas reuniões bastariam como resposta, não sendo necessário a formalização das mesmas. De qualquer forma, irá verificar-se novamente o processo.

Aproveitou para acrescentar que, como é do conhecimento do munícipe, as inscrições para presenças na reunião de câmara destinam-se, principalmente a identificar os processos em discussão, para que os mesmos possam ser verificados previamente e estarem disponíveis na própria reunião, tornando as reuniões mais profícuas. No entanto, o munícipe não identificou os assuntos que queria ver discutidos, pelo que não foi possível preparar os processos.

O munícipe disse compreender. Mas como a reunião da Câmara Municipal foi antecipada para hoje, entendeu não ser possível.

Na última reunião com o Vereador Rui Serrano foi-lhe dito que a empresa iria alterar a estrutura das antenas, para melhoria do ponto de vista estético. No entanto, do ponto de vista dos prejuízos para a saúde não havia alterações.

A Presidente da Câmara esclareceu que são apresentados relatórios à autarquia sobre os efeitos das antenas e que não se verificam quaisquer prejuízos para a saúde das pessoas.

Em seguida, o munícipe referiu-se a outras reclamações que já apresentou, nomeadamente sobre o barulho provocado pela máquina aspiradora de limpeza urbana, antes das 8 horas da manhã. Disse que, na altura, a Presidente da Câmara ficou de verificar a situação, mas que não houve melhorias, sendo que tem registos de barulho por volta das 6 horas da manhã.

Depois, e sobre o barulho de vizinhança, disse que esta madrugada, pelas 4h e 37m teve que solicitar a intervenção da PSP numa residência de estudantes junto à sua habitação, na Rua Bernardino Machado, em Abrantes, em razão do barulho, que não deixou a sua família dormir. Também já foram apresentadas mais duas queixas sobre o barulho e uma sobre fogueamento nessa residência e sabe que existem participações da PSP dirigidas à autarquia.

Disse ser quase o único morador nesta rua do Centro Histórico e que estas situações não trazem qualidade de vida para quem cá vive. Se tivesse outra casa, nas mesmas condições, já teria abandonado o Centro Histórico.

O município sugeriu que fosse realizada uma reunião entre os moradores, a Câmara Municipal, a Direcção da ESTA e a Associação de Estudantes da ESTA, no sentido de procurar resolver estas questões. Disse que os principais vândalos e responsáveis pelos desacatos no Centro Histórico são estudantes. Disse respeitar a ESTA e muitos dos estudantes da ESTA, mas outros há, que são uma minoria, que embora digam que a população de Abrantes é retrógrada, não merecem ser aceites pela população. Informou que, inclusivamente, os desacatos com os ciganos foram provocados pelos estudantes e não pelos ciganos.

Depois referiu que ainda não existe mais policiamento, ao contrário das promessas que foram efectuadas pela PSP e pela Governadora Civil. Assim, julga que uma reunião entre as partes seria útil pelo menos para que houvesse algum respeito para com os moradores, que são pessoas já com alguma idade.

Depois apresentou mais alguns descontentamentos relativamente ao pagamento de parquímetros, às acessibilidades por parte dos equipamentos de socorro para retirada de doentes do Centro Histórico, etc.

Referiu ainda que, tem vindo a apresentar algumas reclamações relativamente ao barulho da esplanada junto à sua residência, mas que a situação se encontra agora bem melhor.

A Presidente da Câmara, no que toca às reclamações sobre o barulho na residência de estudantes diz ter conhecimento de que foram apresentadas participações sobre o barulho por parte da PSP – tendo inclusivamente na sua posse uma participação do dia 21 de Março de 2011 - , mas que não constitui matéria para processo contra-ordenacional, na medida em que não identifica os infractores, não apresenta medições de ruído e refere que o problema foi sanado, pelo que a autarquia apenas tomou conhecimento.

Relativamente a outras reclamações sobre barulho na via pública, que julga também serem deste município, como a que incidiu sobre a realização da Festa Académica, disse que a autarquia se preocupou em não autorizar o ruído para além das duas horas da madrugada e que isso não foi acatado pelos estudantes, pelo que compreende que possa ter sido desagradável para alguns residentes do Centro Histórico. Sobre esse facto foi enviado em seguida um ofício ao Director da ESTA a alertar e registar para esse facto.

No entanto, aproveitou para referir que este tipo de iniciativas não acontecem muitas vezes e que também existe pouca tolerância por parte dos residentes, sendo esta uma das razões pelas quais os estudantes se sentem pouco acarinhados pelas pessoas. Têm que ser criadas excepções que permitam que, algumas vezes por ano, os estudantes possam fazer as suas celebrações, porque são eles que dão vida ao Centro Histórico.

Sobre a reunião proposta, do ponto de vista institucional, julga ser de realizar, para sensibilizar o Director da ESTA para a questão dos incómodos gerados por alguns grupos de estudantes, ainda que não veja mais valias directas com a presença dos municípios.

Sobre as casas alugadas no Centro Histórico, onde os comportamentos dos estudantes possam não ser os mais apropriados, julga que deverá haver uma chamada de atenção dirigida aos proprietários dos imóveis. Assim, pediu que o município fizesse chegar uma denúncia sobre estas situações, com a identificação concreta do local, para que a autarquia possa pedir contas sobre estas situações.

O município agradeceu a sugestão e disse que iria fazê-lo.

Relativamente às acessibilidades pelos meios de socorro e incêndio, a Presidente da Câmara disse que em breve será apresentado um documento sobre esta matéria à Câmara Municipal, elaborado pelo Comandante dos Bombeiros, e que se traduzirá também num simulacro. Espera que aí, todos os residentes se possam apropriar de um maior sentido de segurança, relativamente ao que é possível fazer no Centro Histórico.

Quanto às acessibilidades em geral, espera-se resultados a curto prazo, mas alertou que não poderão haver expectativas de voltar a haver trânsito constante em algumas ruas já encerradas ao mesmo.

Sobre a varredoura, disse que a mesma tem estado parada e que só recentemente voltou a funcionar. No entanto, pediu que o Vereador Valamatós verificasse a situação.



A Presidente da Câmara deu por encerrado o período de intervenção aberto ao público, tendo-se passado ao ponto seguinte.

Foi aprovada, por maioria, com a abstenção do Vereador Carlos Arês, a parte da acta relativa às intervenções do público e do executivo, da reunião anterior, com excepção das deliberações aprovadas em minuta.

Foi dispensada a sua leitura, por ter sido distribuída previamente a todos os membros da Câmara Municipal.



INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DO EXECUTIVO ANTES DA ORDEM DO DIA

(Artigo 86º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei Nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro)

PRESIDENTE DA CÂMARA

A Presidente da Câmara começou por referir, em aditamento ao que tinha já dito na reunião anterior, que o período experimental de produção de energia eléctrica, no antigo aterro sanitário de Concavada, Abrantes, está a decorrer desde o início do mês de Setembro. Segundo informação da Valnor, o período experimental decorrerá até 30 de Outubro, altura em que o Sistema de Aproveitamento Energético do Biogás dará início à produção de energia para a rede pública, estimando-se uma produção anual de 5800MWh.

A construção deste sistema, constitui um investimento da VALNOR na ordem dos 1,4 milhões de euros, tendo implicado o encerramento e requalificação ambiental da célula de resíduos urbanos do aterro. Com o encerramento deste aterro, os Resíduos Sólidos Urbanos (RSU'S) dos concelhos servidos pela infra-estrutura passaram (desde Abril de 2011) a ser depositados na Estação de Transferência da VALNOR, localizada na Concavada, onde são armazenados temporariamente, seguindo para a Central de Valorização Orgânica, em Avis.

[Handwritten signature]

A valorização da componente orgânica, o aumento dos índices da reciclagem, a produção de energia limpa e o encerramento definitivo do aterro são as vantagens inerentes a este investimento significativo para a sustentabilidade ambiental do concelho de Abrantes e da região.



Em seguida, a Presidente da Câmara deu conhecimento do ofício de Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados SROC, Lda., datado de 13 de Setembro de 2011, a informar que nos termos do disposto da alínea d) do nº 3 do artigo 48º da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro, o Revisor Oficial de Contas deve remeter semestralmente ao órgão deliberativo do Município informação sobre a respectiva situação económica e financeira.

Mais informa que no decorrer do presente ano o Município passou a utilizar um novo software para tratamento da informação contabilística e implementou a desmaterialização da documentação através da digitalização, o que ocasionou algumas perturbações.

Salienta que efectuaram algumas reuniões com os Serviços Financeiros e com a empresa de software de forma a minimizar as perturbações, bem como procederam à correcção de algumas situações detectadas.

Não obstante as diligências dos serviços e as suas recomendações, verifica-se algum atraso por parte da empresa de software na resposta às solicitações efectuadas, e de acordo com os mapas fornecidos pelos Serviços Financeiros, nesta altura não é possível a emissão de demonstrações financeira que possibilitem a emissão de parecer.

Pelas razões atrás expostas propõem, que a referida informação venha a constar dos elementos a apresentar ao órgão autárquico, logo que sejam disponibilizadas as demonstrações financeiras.

Tomado conhecimento.



Depois, fez um novo ponto de situação relativamente ao encerramento de extensões de saúde no concelho e deu conhecimento da seguinte moção aprovada pela Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo:

"A Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo - CIMT, em reunião realizada no dia 09/09/2011, analisou a reorganização das Unidades Funcionais de Prestação de Cuidados de Saúde no ACES Zêzere e ACES Serra de Aire, que prevê o encerramento de extensões de saúde nos vários Concelhos que a compõem.

Reconhecendo-se a necessidade fundamental de promover uma gestão eficaz e eficiente dos recursos humanos disponíveis, será naturalmente necessário que essa gestão se faça de forma a não se colocar em risco a qualidade e o acesso a respostas tão fundamentais como são as de saúde.

Considera a CIMT que a reorganização que se encontra em curso enferma de um conjunto de pontos críticos nomeadamente no que respeita ao acesso às "novas"

[Handwritten signature]

extensões de saúde pelos utentes residentes nas Freguesias onde não existe uma rede de transportes públicos ou, onde existindo, não se revela adequada a esta nova realidade.

Acresce referir, que estas dificuldades se agravam pelo facto de estarmos perante populações em que os índices de dependência e envelhecimento são elevados.

Acresce ainda referir que estes condicionalismos, que se consideram agravados com a presente proposta de reorganização, estiveram já na base do pedido de Abertura de Aviso de Candidatura, efectuado por diversos Municípios do CIMT, no âmbito do Programa Mais Centro, para a implementação de Unidades Móveis de Saúde, o que ainda não foi consequente.

É também entender desta Comunidade que uma reorganização desta natureza, não poderá ser operada sem que esteja garantida a disponibilização de transportes públicos às populações.

Assim, e ao abrigo das competências que lhe são atribuídas, a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo considera:

- 1. Que deverá ser suspensa a implementação da reorganização funcional que se encontra em curso devendo proceder-se à sua revisão com carácter de urgência;*
- 2. Que a revisão em causa deve ser feita em estreita articulação com as respectivas Câmaras Municipais e Juntas de Freguesias, de forma a serem desenhadas as soluções que garantam a efectiva acessibilidade aos Cuidados de Saúde Primários por todos os utentes, direito aliás espelhado na Constituição da República e na Declaração Universal dos Direitos do Homem.*

A presente moção, foi aprovada por unanimidade, e deverá ser remetida ao Ministro da Saúde, Secretário de Estado da Saúde, à Administração Regional de Saúde de Lisboa, aos Directores Executivos e aos Conselhos Executivos do ACES Zêzere e do ACES da Serra de Aire, bem como, à Comissão de Utes da Saúde do Médio Tejo."



Nº 15 - A Presidente da Câmara, à semelhança da Moção anterior, propôs que a Câmara Municipal aprovasse também uma outra Moção, nos seguintes termos:

"Em reunião de Câmara realizada no dia 15/09/2011, foi analisada a reorganização das Unidades Funcionais de Prestação de Cuidados de Saúde no concelho de Abrantes.

A referida reorganização, prevê o encerramento das extensões de saúde de Água Travessa, Aldeia do Mato, Arreciadas, Barrada, Fontes, Martinchel, São Facundo, Souto, Vale das Mós, Fontes e Vale Zebrinho.

Reconhecendo-se a necessidade fundamental de promover uma gestão eficaz e eficiente dos recursos humanos disponíveis, será naturalmente necessário que essa gestão se faça

Rel
Cete

de forma a não se colocar em risco a qualidade e o acesso a respostas tão fundamentais como são as de saúde.

Considera a Câmara Municipal que a reorganização que se encontra em curso enferma de um conjunto de pontos críticos nomeadamente no que respeita ao acesso às "novas" extensões de saúde pelos utentes residentes nas Freguesias de São Facundo e Vale das Mós. Essas dificuldades, que se relacionam sobretudo com a inexistência ou insuficiência da rede de transportes públicos, agravam-se ainda mais pelo facto de estarmos perante populações em que os índices de dependência e envelhecimento são elevados. É também entender desta Câmara que uma reorganização desta natureza, não poderá ser operada sem que esteja garantida a disponibilização de transportes públicos às populações. Acresce ainda referir que estes condicionalismos, que se consideram agravados com a presente proposta de reorganização, estiveram já na base do pedido de Abertura de Aviso de Candidatura, efectuado pelo Município, no âmbito do Programa Mais Centro, para a implementação de Unidades Móveis de Saúde.

Assim, e ao abrigo das competências que lhe são atribuídas, a Câmara Municipal considera:

- 1. Ser urgente proceder à revisão da reorganização das Unidades Funcionais de Prestação de Cuidados de Saúde no concelho de Abrantes, em particular no que se refere a São Facundo, Vale das Mós, Barrada, Vale Zebrinho, Souto e Fontes.*
- 2. Que a revisão em causa deve ser feita em estreita articulação com a Câmara Municipal de Abrantes e com as Freguesias em causa, de forma a serem desenhadas as soluções que garantam o efectivo acesso aos cuidados de saúde primários por parte dos utentes, direito aliás consagrado na Constituição da República Portuguesa e na Convenção dos Direitos dos Homens.*

A presente moção, aprovada por unanimidade, deverá ser remetida ao Director Executivo, ao Conselho Executivo e ao Conselho da Comunidade do ACES Zêzere."

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Deliberação Aprovada em Minuta: Por unanimidade, aprovada a Moção apresentada.



Nº 16 - A Presidente da Câmara deu conta que, na sequência das deliberações de 11.07.2011 e 24.08.2011, veio a RPP solar pronunciar-se em audiência prévia sobre o conteúdo deliberativo das mesmas, apresentando documentação a juntar ao processo, reiterando igualmente a calendarização do desenvolvimento do projecto industrial, pelo que estarão reunidos os requisitos para que a Câmara Municipal possa deliberar novamente sobre o assunto, conforme consta da informação do Director do Departamento de Administração e

Al
Sete

Finanças e da Chefe da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 15 de Setembro de 2011, que consta do processo.

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Deliberação aprovada em minuta: Por unanimidade, não declarar a caducidade prevista nas alíneas b) e d) do artigo 71º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação e conceder o prazo de 60 dias para a conclusão dos trabalhos referenciados.

Mais se deliberou aceitar, no âmbito do pressuposto dos apoios concedidos, a calendarização da instalação efectiva das unidades industriais considerada na exposição da RPP Solar.



VEREADOR ANTÓNIO BELÉM COELHO

O Vereador António Belém Coelho apresentou um pedido de esclarecimentos dos vereadores do PSD, relativamente à existência de um buraco na Rua Grande, do seguinte teor:

"Por altura das festas da Cidade, deste ano, ficou concluída a passadeira das Ruas de São Pedro e Quinchosos, até ao cruzamento com a Rua Grande, nas traseiras da Igreja de São João.

Nessa altura, ficou um monte de pedras na esquina fronteira, que não foram repostas no local donde foram arrancadas.

Existe também um grande buraco na Rua Grande, que tem motivado queixas quer dos moradores, quer de quem tem de passar naquela rua.

Pelo exposto, face ao tempo já decorrido e aos incómodos que tal situação tem causado, quer aos moradores, quer a quem por ali passa, os vereadores eleitos pelo PSD gostariam de saber quando prevê a Câmara que as pedras regressem aos seus devidos lugares e o buraco tapado e reparado."

A Presidente da Câmara disse que este buraco já existe há algum tempo e que a autarquia já teve para o reparar, no entanto a sua reparação foi adiada porque se espera que, a curto prazo, a EDP inicie uma intervenção ao longo de toda a Rua Grande, pelo que não faz agora sentido a obstrução do trânsito e o calcetamento para depois haver novamente abertura de valas.



VEREADOR SANTANA-MAIA LEONARDO

O Vereador Santana-Maia Leonardo apresentou uma proposta de deliberação dos vereadores do PSD, sobre "Segurança".

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

A Presidente da Câmara remeteu a referida proposta, para agendamento numa próxima reunião.



O Vereador Santana-Maia Leonardo apresentou também duas declarações dos vereadores do PSD, sobre os concursos Nº 129 de 7/7/2011 e Nº 27 de 8/2/2011, que por serem extensas se anexam à presente acta e se dão por transcritas.

Relativamente às declarações, ainda que não sejam solicitados mais esclarecimentos, a Presidente da Câmara lamentou as mesmas, referindo que esta situação já começa a tornar-se insustentável. Os Vereadores do PSD utilizam a retórica para influenciar as pessoas.

Em alguns concursos, dar prioridade aos candidatos com vínculo tem enquadramento legal é uma questão de justiça, porque existem pessoas em regime de mobilidade a desempenhar na autarquia as funções colocadas a concurso, que só poderão ficar definitivamente na Câmara Municipal através de concurso.

Por outro lado, e para outras funções, existem pessoas que as desempenham, ou desempenharam, enquanto contratados a termo durante vários anos, portanto é também de justiça que os mesmos possam concorrer em igualdade de circunstâncias com outros concorrentes, até porque a autarquia também tem vindo a investir na formação dessas pessoas.

Disse estar cansada e exausta por responder sempre às mesmas questões, e que os Vereadores já ouviram isto mais do que uma vez. Parece que só não querem ouvir.

Não se trata de fazer qualquer favor às pessoas, mas sim de dar também a oportunidade a quem já trabalha na autarquia há vários anos.

Disse lamentar todas as acusações aos funcionários do município, que são pessoas que trabalham e que merecem a sua confiança.

A passagem dos políticos pela autarquia é fugaz, mas os colaboradores ficam e é a sua experiência acumulada e o seu empenhamento que fazem com que a Câmara Municipal seja um bom exemplo.



ORDEM DO DIA

(Artigo 87º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei Nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro).

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Divisão Administrativa e de Modernização

Nº 1 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação a dispensa do pagamento das taxas correspondentes a diversos licenciamentos de actividades, conforme lista abaixo:

Acta da reunião de -15- de -Setembro de 2011

al
Cote

Proc.º	Entidade	Evento	Data	Taxa	Valor
38046	Freguesia de Bemposta	Festa em Chaminé	16 e 17 .09.2011	Recinto improvisado; Ruído; Autorização para serviços de restauração e bebidas; Afixação de cartazes	98,07€
38019	COA – Clube Orientação e Aventura	Prova Desportiva	22 e 23.10.11	Prova Desportiva	21,60€

Deliberação: Por unanimidade, autorizada a dispensa total do pagamento das respectivas taxas, conforme lista acima, de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.

Informar a requerente que, sendo colocadas à sua disposição as licenças solicitadas, sem que procedam, previamente à realização do evento, ao seu levantamento, fica sem efeito a presente dispensa do pagamento de taxas, considerando-se as mesmas devidas, em conformidade com o disposto no artigo 18º do Regulamento de Taxas e Licenças.



Nº 2 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a uma Informação da Secção de Atendimento e Licenciamento Geral, datada de 09 de Setembro de 2011, acerca da Taxa Municipal de Direitos de Passagem, estabelecida pela alínea b) do nº 2 do artigo 106º da Lei nº 5/2004, de 10 de Fevereiro, (Lei das Comunicações Electrónicas), devendo ser aprovada a percentagem a aplicar em 2012, que não poderá ultrapassar os 0,25%. - 38766

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a Taxa Municipal de Direitos de Passagem, em 0,25%, para o ano de 2012, nos termos da alínea b) do nº 2 do artigo 106º da Lei nº 5/2004, de 10 de Fevereiro (Lei das Comunicações Electrónicas), e submeter à apreciação da Assembleia Municipal.

Aos respectivos serviços para procederem em conformidade.



Divisão de Recursos Humanos

Nº 3 – Proposta de deliberação da Presidente da Câmara na sequência de informação da Divisão de Recursos Humanos, datada de 13 de Setembro de 2011, relativamente à abertura de um procedimento concursal tendente à ocupação de posto de trabalho de especialista de informática, aprovada na reunião de câmara do dia 5 de Setembro de 2011, na sequência do pedido de demissão de colaborador. Tendo em conta as necessidades urgentes

li
C. F.

sentidas na Divisão Administrativa e de Modernização, que devem ser conjugadas com o rigor e eficiência no recrutamento, por forma a garantir a eficácia dos serviços e da gestão de recursos humanos da Autarquia, entendeu-se que neste momento seria mais útil o recrutamento de um Técnico de Informática, porquanto existe um procedimento válido ao qual se pode recorrer no imediato, bastando, para tal, alterar o mapa de pessoal.

Deste modo e mesmo considerando que o volume de trabalho justificaria o recrutamento de dois colaboradores é entendimento da autarquia que, nesta fase, a autarquia deveria optar pelo técnico de informática. Nesse sentido, sugere a anulação do procedimento referido, uma vez que o mesmo ainda não foi publicado no diário da república.

Deliberação: Por unanimidade, anular o procedimento concursal para um lugar de especialista de informática, uma vez que o mesmo ainda não foi publicado no Diário da República, não tendo produzido quaisquer efeitos.

Os Vereadores eleitos pelo PSD, Santana-Maia Leonardo e António Belém Coelho, apresentaram a declaração de voto que se transcreve:

"A anulação do presente concurso, que foi aprovado, na última reunião com o nosso voto contra, só vem dar razão ao que aos vereadores eleitos pelo PSD têm deixado bem expresso em acta em todos os concursos de pessoal.

Ou seja, sem uma reformulação profunda, coerente e séria do Mapa de Pessoal e do "Regulamento de Organização dos Serviços Municipais, sua Estrutura e Competências", não devem ser lançados novos concursos, até para evitar este abrir e anular de concursos que têm caracterizado o actual mandato e que só desprestigiam a câmara, legitimando todo o tipo de especulações e suspeitas.

Além disso, a grave crise económica devia levar a Câmara a um esforço de contenção da despesa pública, designadamente, optimizando e rentabilizando os recursos humanos, privilegiando-se o recrutamento através da mobilidade interna, em vez de optar por sobrecarregar sistematicamente os munícipes com cada vez mais impostos."



Nº 4 - Proposta de deliberação da Presidente da Câmara na sequência de informação da Divisão de Recursos Humanos, datada de 13 de Setembro de 2011, sugerindo a alteração ao mapa de pessoal aprovado na Assembleia Municipal de Abril de 2011, como forma a adequar o mapa às recentes alterações decorridas de procedimentos concursais, bem como proceder duas alterações substanciais, que inclusivamente constituem um decréscimo de custos, nomeadamente:

- Divisão de Desporto e Juventude – alterar um posto de assistente técnico para assistente operacional, passando a constar 4 postos de trabalho a prover para assistente operacional;

- Divisão Administrativa e de Modernização – alterar um posto de trabalho a prover de especialista de informática, para técnico de informática, o que além de decréscimo de custos permite celeridade no processo de recrutamento, por haver um procedimento concursal ainda válido para esta categoria.

[Handwritten signature]

Deliberação: Por maioria, com os votos contra dos vereadores eleitos pelo PSD, Santana-Maia Leonardo e António Belém Coelho, aprovadas as alterações ao mapa de pessoal, que deverá ser remetido à aprovação da Assembleia Municipal.

Os Vereadores eleitos pelo PSD, Santana-Maia Leonardo e António Belém Coelho, apresentaram a seguinte declaração de voto:

"Estas contínuas e pontuais alterações do Mapa de Pessoal são a melhor prova da incoerência, pouca solidez e fraca qualidade do Mapa de Pessoal e do "Regulamento de Organização dos Serviços Municipais, sua Estrutura e Competências" (ROSM).

Sendo certo que se trata de documentos estratégicos para uma gestão de excelência no que concerne a uma melhor e mais rentável organização dos serviços municipais, logo à rentabilização dos recursos, nomeadamente, humanos.

Como é hoje evidente, não é só o Mapa de Pessoal que carece de alterações urgentes e profundas (e não apenas de meros arranjos pontuais e direccionados como é o caso) mas também o próprio "Regulamento de Organização dos Serviços Municipais, sua Estrutura e Competências" que não está adequado à realidade.

E vivendo Portugal num período de grave crise, é imperativo diminuir a despesa pública, rentabilizando os recursos humanos (que, neste município, não o são em consequência do ROSM e do Mapa de Pessoal, ambos muito fracos, incoerentes e absurdos) e privilegiando-se o recrutamento através da mobilidade interna, em vez de se optar por sobrecarregar sistematicamente os munícipes com cada vez mais impostos.

Consequentemente, porque consideram urgente uma reformulação profunda, coerente e séria do mapa de pessoal e do referido Regulamento, votam contra mais uma alteração pontual do Mapa de Pessoal proposta pela senhora presidente da câmara."

DEPARTAMENTO DE INTERVENÇÃO SOCIAL

Divisão de Educação e Acção Social

Nº 5 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante a uma Informação do Serviço de Educação da Divisão de Educação e Acção Social, datada de 05 de Setembro de 2011, que remete para aprovação, as minutas de Protocolos de Colaboração entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia de Alvega, Bemposta, Carvalhal, Concavada, Rio de Moinhos, São Vicente e Tramagal, relativos à organização dos transportes escolares para o ano lectivo de 2011/2012. - 38181

Deliberação: Por unanimidade, aprovar as referidas minutas de protocolos e submeter à aprovação da Assembleia Municipal.



Nº 6 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante a uma Informação do Serviço de Educação da Divisão de Educação e Acção Social, datada de 05 de Setembro de

21

21

2011, que remete para aprovação, as minutas de protocolos de suporte financeiro às refeições das escolas do 1º CEB e Jardins de Infância do Concelho de Abrantes para o ano de 2011/2012, a celebrar entre a Câmara Municipal de Abrantes, as Juntas de Freguesia de Bemposta, São Facundo, São Miguel e Vale das Mós e IPSS do concelho. - 38476

Deliberação: Por unanimidade, aprovar as referidas minutas de protocolos, delegando-se poderes na Presidente da Câmara para efeitos da sua assinatura e submeter à aprovação da Assembleia Municipal.



Nº7 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a uma Informação do Serviço de Educação da Divisão de Educação e Acção Social, datada de 01 de Setembro de 2011, dando conta da previsão dos custos dos transportes escolares a efectuar pela Rodoviária do Tejo para o ano lectivo 2011/2012, no valor anual de 400.000€ (quatrocentos mil euros), pelo que solicita autorização para a realização da referida despesa a ser paga à Rodoviária do Tejo. - 37737

Deliberação: Por unanimidade, autorizar o pagamento do valor de 400.000€ (quatrocentos mil euros), à Rodoviária do Tejo, referente aos transportes escolares para o ano lectivo de 2011/2012.

Submeter à apreciação da Assembleia Municipal, de acordo com o disposto na alínea a) do nº 1 e no nº 6 do artigo 22º do Decreto-Lei nº 197/99, de 08 de Junho.



Divisão de Desporto e Juventude

Nº 8 – Proposta de Deliberação do Vereador Manuel Jorge Valamatos, propondo a isenção do pagamento de taxas, pela utilização do autocarro municipal no dia 9 de Setembro do corrente ano, da Escola Prática de Cavalaria para o Pego e vice-versa, por parte dos jovens que se encontram a frequentar o "II Curso de Liderança para Jovens", no âmbito da parceria entre o Município de Abrantes e Rotary Club de Abrantes. - 36110

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a isenção do respectivo pagamento.



Nº 9 – Proposta de Deliberação do Vereador Manuel Jorge Valamatos, propondo a isenção do pagamento de taxas, pela utilização do autocarro municipal no dia 18 de Setembro do corrente ano, para transportar idosos que irão participar no XIX Encontro da Terceira Idade, no âmbito da parceria entre o Município de Abrantes e a Junta de Freguesia de Alferrarede. - 38367

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a isenção do respectivo pagamento.

Q1
Cet

DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO

Divisão de Projectos e Empreitadas

Nº 10 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação, proposta de deliberação relativa à Declaração de Interesse Público da construção do Centro de Interpretação do Tejo Ibérico - Cais de Rio de Moinhos, do seguinte teor:

"Considerando que o Município de Abrantes pretende executar a construção do Centro de Interpretação do Tejo Ibérico - Cais de Rio de Moinhos, no âmbito do processo de Concurso Público Internacional de Concepção para a Dinamização do Rio Tejo nas Margens do Médio Tejo;

Considerando que o equipamento se insere no espaço onde se localiza o Cais de Rio de Moinhos, não introduzindo alteração à utilização efectiva que o espaço vem tendo;

Considerando a natureza do equipamento, de apoio à utilização do domínio hídrico;

Considerando que, em cumprimento do artigo 22.º n.º 1 al. I) do Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de Março, se verifica não existir alternativa à construção fora dos solos da RAN, pois tem que ficar funcionalmente junto ao Tejo, onde os espaços estão sob incidência da restrição de utilidade pública;

Considerando, ainda, que não é viável a alternativa de instalação em termos económicos, já que outra localização pressuporia novas aquisições de terrenos ou expropriações, novos arranjos envolventes, mas mesmo assim sempre junto ao Tejo, e em desaproveitamento do actual espaço;

Considerando que, dos pontos de vista técnico e ambiental a obra será construída no respeito pelo artigo 12.º da Portaria n.º 162/2011, de 18 de Abril, que regulamenta a alínea I) do n.º 1 do artigo 22.º do antes mencionado Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de Março, conforme memória descritiva anexa;

Considerando as competências da Câmara Municipal previstas na al. a) do n.º 6 do artigo 64.º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e da Assembleia Municipal no âmbito do urbanismo, designadamente ao abrigo da alínea a) do n.º 2, do mesmo artigo;

Propõe-se a aprovação de Proposta da Declaração de Interesse Público da construção do Centro de Interpretação do Tejo Ibérico - Cais de Rio de Moinhos, a ser submetida à Assembleia Municipal para aprovação, ao abrigo das disposições referidas.

A natureza da intervenção e a fundamentação ora aduzida determinam igualmente o reconhecimento do interesse público por parte dos órgãos municipais, em face dos interesses defendidos pelo regime da REN e do Tutelado pela ARH."

Deliberação: Por unanimidade, aprovar referida proposta de deliberação para emissão de Declaração de Interesse Público e submeter à Assembleia Municipal para efeitos de aprovação.

Al
cto

Nº11 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice- Presidente da Câmara, referente à Informação Nº 232 da Divisão de Projectos e Empreitadas, datada de 12 de Setembro de 2011, a dar conta que a firma Mendes & Gonçalves, S.A., adjudicatária da empreitada de "Centro de Interpretação do Tejo Ibérico – Miradouro e Cais da Barca em Tramagal", entregou a documentação necessária para a introdução de subempreiteiros em obra e referindo que cumprem com o previsto no art.º 383º do Código da Contratação Pública, na medida em que o valor da adjudicação a subempreiteiros não excede o limite de 75% do valor da obra que lhe foi adjudicada.

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a entrada dos subempreiteiros em obra, nos termos previstos na lei, uma vez que o valor da adjudicação a subempreiteiros não excede o limite de 75% do valor da obra que lhes foi adjudicada, de acordo com a referida Informação Nº 232 da Divisão de Projectos e Empreitadas.

Alertar a adjudicatária que, no futuro, deverá, no prazo de 5 dias após a celebração de cada contrato de subempreitada, comunicar esse facto por escrito, remetendo cópia do contrato em causa, devendo nessa comunicação fundamentar a decisão de recorrer à subempreitada e atestar a observância dos limites a que se referem os nºs 1 e 2 do artigo 383º, conforme determinam os nºs 3 e 4 do artigo 385.º do CCP.

Remeter o processo para o Coordenador de Segurança em obra, para dar cumprimento ao disposto no nº 5 do artigo 15º do Decreto-Lei nº 273/2003, de 29 de Outubro.

À Divisão de Projectos e Empreitadas para proceder em conformidade.



Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística

Nº 12 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, referente à Informação nº 144/2011.CL da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 2 de Setembro de 2011, acerca do pedido de viabilidade de obras de alteração e ampliação de construção destinada a habitação e vedação, sita em Casalinho, freguesia de Mouriscas, Abrantes, requerido por Carla Maria Ferreira Canha de Oliveira. – 17913

Deliberação: Por unanimidade, emitir parecer favorável ao pedido apresentado referente à viabilidade de realização de obras de alteração e ampliação de construção destinada a habitação e de construção anexa destinada a arrumos e forno, nas seguintes condições:

- a) Deverá ser comprovada a potabilidade da água nos termos legais aplicáveis, em sede de procedimento de controlo prévio da operação urbanística referente às obras na habitação, devendo o furo a realizar ser objecto de licenciamento na entidade com competências para o efeito – Administração da Região Hidrográfica do Tejo (ARH, Tejo);

21
Set

b) Devem ser asseguradas as restantes infra-estruturas de básicas, em conformidade com o proposto;

c) As obras de alteração e ampliação das construções devem ser objecto de licenciamento nos termos do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de Março, devendo o pedido ser instruído em conformidade com a Portaria n.º 232/2008, de 11 de Março;

d) A vedação em prumos de madeira e rede é uma obra dispensada de controlo prévio, mas deve assegurar o cumprimento do Decreto-Lei n.º 13/71 de 23 de Janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 175/2006, de 28 de Agosto, conforme já expresso;
Salvaguarda-se que os pilares de sustentação do portão não devem recorrer a elementos de fixação ao solo (ex. sapatas de betão).

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística para proceder em conformidade.

É dispensada a audiência da interessada, nos termos da alínea b) do nº 2 do Artigo 103º do Código do Procedimento Administrativo.



Nº 13 - Em anexo, relação de processos da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, despachados pelo Vereador Rui Serrano, ao abrigo das competências que lhe foram subdelegadas pela Presidente da Câmara.



Divisão de Serviços Urbanos

Nº 14 - Proposta de Deliberação do Vereador Manuel Jorge Valamatos, respeitante à Informação Nº 259 da Divisão de Serviços Urbanos, datada de 29 de Julho de 2011, datada de 29 de Julho de 2011, relativamente a alterações ao trânsito na Rua Dr. Correia Semedo e em arruamentos limítrofes. - 11232

Deliberação: Por unanimidade, aprovar as alterações ao trânsito na Rua Dr. Correia Semedo e em arruamentos limítrofes, nos termos da referida Informação Nº 259 da Divisão de Serviços Urbanos.

À Divisão de Serviços Urbanos para proceder em conformidade.



Encerramento da Reunião

E não havendo mais assuntos a tratar, a Presidente declarou a reunião encerrada pelas dezasseis horas e cinquenta e cinco minutos.

De tudo para constar se lavrou a presente acta, que se encontra aprovada, inclusive por minuta as deliberações, com excepção das intervenções dos elementos do executivo não determinantes de deliberação.

A Chefe da Divisão Administrativa e de Modernização a redigiu e também a assina.

A PRESIDENTE DA CÂMARA

Mariz b da Silva

A CHEFE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E DE MODERNIZAÇÃO

Cetina Alexandra Justino Silva

INFORMAÇÃO SOBRE OS CONCURSOS Nº129 DE 7/7/2011

Declaração

15 de Setembro de 2011

A informação prestada pelos recursos humanos só vem reforçar o que temos dito nas nossas sucessivas intervenções e alertas sobre a forma como têm sido conduzidos os procedimentos concursais para recrutamento de recursos humanos.

Não tendo a senhora presidente a obrigatoriedade de saber ao ínfimo pormenor os ditames da lei no que respeita a esta matéria (ainda que seja sempre bom os presidentes não serem leigos em matéria de tamanha relevância na gestão autárquica), para tal deve contar, obviamente, com o apoio dos recursos humanos e, nomeadamente, do Chefe de Divisão e Director de Departamento.

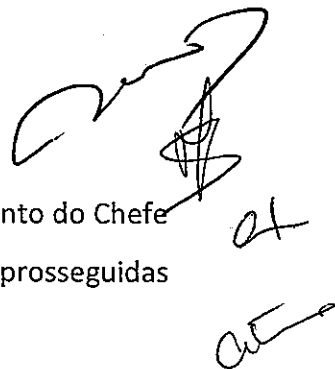
Ora, parece que, finalmente, os serviços municipais começam a entender minimamente o que se encontra subjacente à lei 12-A/2008, 27 de Setembro (e não Lei 12-A/2010, como, por lapso, consta da informação técnica).

Com efeito, a Lei 12-A/2008, 27 Fevereiro, privilegia, no recrutamento de recursos humanos para contrato por tempo indeterminado, os funcionários que já sejam detentores deste tipo de relação jurídica de emprego, na medida em que a estes basta terem 9,5 valores para ficarem à frente de outro candidato que, não sendo detentor da mesma relação jurídica de emprego, obtenha, por exemplo, uma nota de 20 valores.

O que nós questionámos, porque não podemos deixar de estranhar, foi o motivo que levou a que, de repente, se estipulasse, na abertura de concursos, que apenas pudessem concorrer candidatos com contrato por tempo indeterminado, quando tal procedimento não tem sido regra na Câmara de Abrantes.

Veja-se, a título de exemplo, o que se passou nos concursos para a DEAS, entre outros.

Ora, a informação dos recursos humanos não explica qual o motivo dessa mudança de procedimento, o que apenas corrobora as perplexidades denunciadas nas nossas intervenções anteriores.

Handwritten signature and initials in the top right corner of the page.

Quanto à nossa última intervenção, que deu origem ao actual esclarecimento do Chefe de Divisão de Recursos Humanos, alertámos para o uso de boas práticas prosseguidas por outros municípios.

Ou seja, em concursos para constituição jurídica de emprego, por tempo indeterminado, podem concorrer todos os candidatos, sejam ou não detentores dessa relação jurídica de emprego público.

No entanto, numa primeira fase, a prova de selecção (escrita ou entrevista de avaliação de competências), deve ser apenas efectuada pelos candidatos com relação jurídica de emprego com contrato por tempo indeterminado, caso existam.

Se estes obtiverem nota de 9,5 nas provas de selecção, então não existe necessidade dos outros candidatos realizarem provas.

As listagens de candidatos admitidos e excluídos devem ser separadas, entre candidatos com relação jurídica emprego por tempo indeterminado e os restantes.

Os ofícios aos candidatos devem ser transparentes, no sentido de os informar (se for o caso) que, numa primeira fase, irão realizar provas apenas os candidatos com relação jurídica de emprego e, só no caso de estes serem excluídos, serão convocados os restantes para a realização das mesmas.

Consequentemente, nos termos da Lei 12-A/2008, 27 Fevereiro, não é legal a ressalva na abertura do concurso da exclusão dos candidatos que não tenham relação jurídica de emprego por tempo indeterminado.

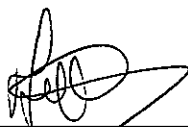
Finalmente, o nome dos candidatos com relação jurídica de emprego em situação de contrato por tempo indeterminado (indicados na informação prestada pelo Chefe de Divisão de Recursos Humanos) e que estão a exercer funções nesta Câmara Municipal é suficientemente esclarecedor da razão por que estes concursos (e não os outros) foram publicados com essa ressalva (incorrecta) de apenas "*poderem concorrer candidatos com contrato por tempo indeterminado*".

É óbvio que os lugares já estão destinados pelo que os restantes cidadãos escusam de concorrer, perder tempo, dinheiro e criar falsas expectativas.

Os Vereadores



(António Manuel Santana Maia Leonardo)



(António Manuel Belém e Ferreira Coelho)

INFORMAÇÃO SOBRE OS CONCURSOS Nº27 DE 8/2/2011

Declaração

15 de Setembro de 2011

Na sequência do esclarecimento prestado pelo Chefe de Divisão de Recursos Humanos, queremos deixar claro que nunca colocámos em causa o facto de um candidato detentor de bacharelato poder concorrer.

Aliás, a Lei 12-A/2008, 27 Fevereiro, prevê expressamente tal possibilidade.

Agora o que não se compreende (ou melhor, compreende-se perfeitamente) é por que razão, à semelhança dos concursos publicados no D.R. - 2ª Série : Nº129 DE 7/7/2011 e fazendo fé no esclarecimento prestado pelo mesmo técnico para esses concursos (e que acabámos de comentar), não se exigiu também neste concurso que apenas pudessem concorrer candidatos com relação jurídica de emprego por tempo indeterminado?

Ou seja, por que razão neste concurso não se seguiu o mesmo procedimento que se seguiu no outro e que o Chefe de Divisão de Recursos Humanos tão bem justificou no seu esclarecimento?

Mas, quanto a este aspecto e quem saiba ler nas entrelinhas, a informação efectuada pelo Chefe de Divisão de Recursos Humanos é esclarecedora e a prova inquestionável da falta de gestão equitativa ao nível do política de recursos humanos, sendo os concursos manifestamente feitos à medida.

Como é possível que um(a) candidato(a) sem experiência profissional, com apenas um estágio profissional (que visa a aprendizagem em contexto de trabalho real) e meros contratos, passar à frente de outros com experiência de anos consolidada e com relação jurídica de emprego por tempo indeterminado?

Pode-se dizer que isto se faz em todas as Câmaras e em todos os serviços públicos...

Mas é precisamente, por se ser conivente com isso, que a administração pública se transformou numa autêntica teia de vícios, compadrios e troca de favores que lhe

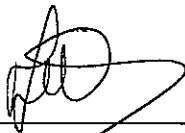
SANTANA-MAIA LEONARDO
ANTÓNIO BELÉM COELHO
VEREADORES

tolhe os movimentos e a impede de agir com isenção, eficácia, competência e imparcialidade na sua relação com os cidadãos.

Os Vereadores



(António Manuel Santana Maia Leonardo)



(António Manuel Belém e Ferreira Coelho)

Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 2011/09/15

PROCESSO				REQUERIMENTO				REQUERENTE, RESIDENCIA		DESCRIÇÃO, LOCAL DA OBRA	DESPACHO, DELIBERAÇÃO		
Tip	Número	Data	Tipo	Número	Data						Número	Tip	Data
04.01	08000039	2008/01/21	LICOR	08000139	2008/01/21	0126933987	RUA PAUL ALMEIDA LOURENÇO	RUA DO VALONGO - TRAVESSA N° 2 N° 31	CM00014175	construção moradia Rua do Valongo S. Miguel do Rio Torto	11000639	DES	2011/09/01
										2011/09/01: Deferido.			
04.06	09000160	2009/04/21	LICOR	09000739	2009/04/21	0201144455	HELENA ROQUE OLIVEIRA PADE DE JESUS	RUA FREG. D. ANTONIO BATISTA ABRANTES,	CM00012629	construção moradia Rua da Terra Nova n.º 144 Loteamento Vales do Tapado, lote 2	11000652	DES	2011/09/05
										2011/09/05: Admitir a comunicação prévia.			
04.03	10000059	2010/02/10	RUE	10000420	2010/03/17	0203418190	JOSE PAULO DA COSTA REGO	RUA INFANTE D. FERNANDO N° 125	CM00004069	construção moradia LOURENÇO VALE DE ROUBAM ABRANTES	11000650	DES	2011/09/02
										2011/09/02: No uso das competências que me foram sub-delegadas, defiro o pedido de autorização de utilização.			
04.01	10000197	2010/05/14	LICOR	10000837	2010/05/14	0186073860	ADILIA MARIA DE MATOS LEITÃO VAREZAS	RUA DA VAREZA	CM00018077	construção moradia RUA DE JOSÉ LUIS CHAMISO HEITOR	11000653	DES	2011/09/05
										2011.08.26: Aprovado.			
04.03	10000238	2010/06/11	RUE	10001184	2010/07/09	0107839628	AMERICO MARQUES VENTURA	RUA DA GRAÇA N° 3	CM00018157	construção anexo RUA DO INFANTE	11000648	DES	2011/09/02
										2011.09.01: Deferido nos termos da informação do director DOU.			
04.03	10000258	2010/06/28	RUE	10001138	2010/07/05	0120575450	JOAO SERAFIM DE MATOS LERINS	PRACETA ARQUITELAÇO DA MADEIRA,	CM00014189	construção moradia e anexo Rua dos Muros Brancos	11000647	DES	2011/09/02
										2011/08/30: Deferido nos termos da informação.			
04.03	10000230	2010/07/19	RUE	10001282	2010/07/23	0179159992	PEDRO MIGUEL ESPADINHA BISPO	RUA ACTOR TABORDA N° 24, 2.	CM00012704	construção moradia AVENIDA DA ALTOBARROTA	11000660	DES	2011/09/13
										2010.09.13: Deferido			
06.01	10000324	2010/08/05	LICOR	10001383	2010/08/05	0119306360	FRANCISCO DA SILVA BASILIO	LARGO DE S. JOAO, n.º 3	CM00014284	legalização Comércio EN 118	11000643	DES	2011/09/01
										2011/09/01: Deferido nos termos da informação.			

*** processado por computador ***
 *** sistemas informáticos ***